



A Apropriação da Idade Média e o Neotomismo como elementos da Reação Católica às Mudanças na França do século XIX

Luciano Daniel de Souza¹

Submetido em Agosto/2012

Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

O século XIX foi caracterizado por várias transformações ou revoluções que, partindo da Europa, espalharam-se ou tentaram espalhar-se pelo mundo. É um período particularmente diferente para o catolicismo. No século XIX, novos conceitos como tolerância religiosa, estado laico e liberdade de consciência despontaram como valores para os ideais de sociedade. Essas mudanças, na organização do estado, produziram uma reação do catolicismo na França, pautada por uma busca das origens históricas. Os intelectuais católicos procuravam colaborar para a solução dos conflitos, que se estabeleceram e apresentaram uma interpretação do período medieval, a partir das inquietações que enfrentavam. O neotomismo surge no século XIX como uma possibilidade de retomada da Idade Média.

Palavras-chave: Nacionalismo - Catolicismo na França - Neotomismo

ABSTRACT:

THE APPROPRIATION OF THE MIDDLE AGES AND NEOTOMISM AS ELEMENTS OF THE CATHOLIC REACTION TO THE CHANGES IN THE NINETEENTH CENTURY FRANCE

The nineteenth century was characterized by several transformations or revolutions that spread or tried to spread from Europe to the world. It is a particularly different period to Catholicism. In the nineteenth century, new concepts such as religious tolerance, secular state and freedom of conscience emerged as values for the ideals of society. These changes in the organization of the state produced a reaction of Catholicism in France marked by a search for historical origins. The Catholic intellectuals sought to contribute to the conflict resolution which were established and presented an interpretation of the medieval period from the anxieties they faced. Neo-Thomism arises in the nineteenth century as a possible recovery of the Middle Ages.

Keywords: Nationalism - Catholicism in France - Neotomism

¹ Doutorando em História na Universidade Estadual Paulista – Unesp – campus de Assis. Orientador Prof. Dr. Ricardo Gião Bortolotti.



O nacionalismo do século XIX e a religião

No século XIX, na Europa, houve uma interseção de fatos que interferiram no aspecto religioso: de um lado, instaurou-se pelos países tradicionalmente católicos um movimento de secularismo e, de outro, se difundiu o conceito de nação. O termo secularismo é objeto de diversas discussões e significados. No âmbito eclesiástico, no século XVII, o termo era utilizado para aqueles que se afastavam da função ministerial. Outro significado provém do próprio termo latino que significa a duração de 100 anos. No século XVIII, secularização era a apropriação de bens eclesiásticos por parte dos revolucionários franceses. Os termos secularismo e secularização foram algumas vezes tomados como sinônimos, embora alguns autores façam distinções entre os dois termos. Souza (2011) utiliza secularização para descrever o processo de mudanças que aconteceram na modernidade. Para ele, secularização não pode ser entendida simplesmente como um conceito negativo. Souza afirma que (2011, p. 45) “Não se trata mais de lamentar um passado perdido, mas de fazer da secularização uma categoria interpretativa e explicativa da modernidade”. Para Taylor (2009), secularismo seria um conceito que abarcaria a tudo, ou seja, seria de qualquer ordem: sejam movimentos de mudança, que venham de dentro, a partir dos próprios religiosos ou de elementos externos. Tomamos o termo secularismo sem o distinguir de secularização, ao tratarmos aqui do século XIX.

Entendemos o secularismo como as ações motivadas pela burguesia que buscava o poder político. Ela pretendia diminuir a influência da religião católica nas diversas áreas da vida social. Também trabalhou pela formação do que se chamava de nação. A formação da ideia de nação foi marcada no século XIX pela recusa do estrangeiro e do diferente. Este acento pelo “nacional”, ainda não bem explicitado e entendido na época, atingiu o catolicismo especialmente na França onde as decretais, as bulas e outros ordenamentos emitidos pelo papa em Roma passaram a ser considerados, em alguns momentos, uma intromissão nos assuntos da nação.

O nacionalismo e o secularismo se processaram concomitantemente no século XIX na França, mas têm reflexos na Península Itálica, na Alemanha e na Áustria. O historiador alemão Hans-Urich Wehler citado por Haupt (2008, p. 77) defendeu uma conexão causal entre o secularismo e o desenvolvimento do nacionalismo. Para ele e



para outros autores, que interpretam o nacionalismo como uma sacralização do estado, a fortificação do nacionalismo nasce do vazio aberto pela descrença no cristianismo no século XIX. Nesse contexto surgiu uma articulação para a separação entre estado e Igreja.

Haupt (2008) contesta a ideia de vazio – *vacuum* – por ser simplificadora de todo o emaranhado de relações, que se processaram nas sociedades europeias no século XIX. A ideia de vazio não explicaria a forte pressão das ideias iluministas, que impuseram uma nova posição sobre a religião. Os iluministas, em alguns momentos, expressaram posições contrárias à religião instituída.

A ideia de vazio assenta-se ainda numa aceitação da preexistência de elementos estruturadores ou estruturantes: seja da sociedade ou do indivíduo e estas possuiriam uma matriz sacra. O nacionalismo seria nessa posição nada mais que uma “religião dos homens”, ou seja, um humanismo ideário sacralizado. Não parece ser uma posição historiográfica adequada à abordagem que intencionamos, ou seja, não pretendemos partir do pressuposto que o ser humano seja sacralizante por essência. Esbarramos, assim, no que se chamou de essencialismo. Este defende que há uma essência humana imutável e que as alterações ocorrem na forma exterior das ações e ideias, sem que seja prejudicada a essência. Para o historiador esta posição é sobretudo polêmica. Para Arendt (2008, p. 32) é na política que as filosofias essencialistas ou metafísicas se mostraram incapazes de pensar a novidade conceitual e histórica.

Haupt (2008, p. 78) apresenta ainda outros motivos para contestar este suposto vazio religioso preenchido pelo nacionalismo. Para ele, após as tensões do final do século XVIII com a Revolução Francesa aconteceu um ressurgimento religioso no século XIX. Esse ressurgimento religioso se comprovaria na busca pelo ocultismo e pelo nascimento de várias congregações religiosas na França que buscam expandir o cristianismo por meio da missão na Europa e na América. Entretanto, alguns historiadores e sociólogos como Hayes (1926) e Mosse (2001) defenderam que o nacionalismo do século XIX era uma forma de religião.

Nos reinos absolutistas, a religião tinha uma tarefa unificadora, especialmente na França. O rei Luís XIV seguia o itinerário absolutista de governo sobre a fórmula “um rei, uma fé e uma lei”. É comum afirmar-se ainda que, no final da Idade Média, os



reinos se unificaram através da fé cristã, formando uma cristandade, como seria o caso da Espanha. Se antes do século XIX, o cristianismo unificava os diversos povos, na lógica do vazio que se preenche, seria a nação que se sacralizou que ocuparia o lugar do cristianismo. Haupt (2008, p. 88) defende que, no estado moderno do século XIX, acontecem uma “nacionalização da religião e a sacralização da nação”.

Haupt (2008, p. 80) defende que os estados nacionais não querem só se impor como controladores da economia, mas assumem a lei como virtude. A capacidade de impor a lei pelo domínio da força eleva o estado moderno a uma força moralizante, ou seja, uma “moralidade cívica”. Considera-se, entretanto, que esse conceito se expanda de moralidade cívica para toda e qualquer conceito de justo e justiça. A crítica de Marx ao estado moderno baseia-se no entendimento que ele estava a serviço da classe dominante, logo esse estado se esforçará por determinar o que é justo e legal.

No século XIX, os movimentos republicanos, inspirados pelas ideias iluministas, associavam republicanismo e secularismo. Declarar-se republicano era também, em vários casos, declarar-se contra o catolicismo. Parte da hierarquia católica desconfiava das ideias republicanas. O iluminismo espalhou-se por grande parte da Europa e chegou à América, o que podemos notar também nos movimentos republicanos do Brasil.

Os republicanos do século XIX, com a influência do iluminismo, colocaram-se em oposição ao catolicismo, que por tradição, participava da monarquia. A hierarquia católica se encontrava ameaçada e com suas prerrogativas sendo extintas pelos movimentos de constituição dos estados-nações. Este movimento atingiu especialmente a Península Itálica onde movimentos de unificação ameaçaram o Estado Pontifício, gerando a reação católica na forma da Encíclica papal *Syllabus* em 1864 pelo Papa Pio IX. Em várias partes da Europa, alteraram-se as leis da educação, da administração dos hospitais, do serviço militar do clero católico, do matrimônio e constituíram-se os estados laicos.

O movimento anticlerical na França foi mais forte que na Alemanha e na Itália. A Itália, após sua unificação, caminhou para certo apaziguamento de ânimos que pode ser percebido pela diminuição dos ataques à Igreja Católica e pelo surgimento de sinais de um possível acordo com o estado laico, no final do século XIX.



O nacionalismo levou o catolicismo a determinadas posições dentro da França do século XIX. Algumas dessas posições foram um novo ímpeto missionário, uma retomada da Idade Média com o neotomismo e a busca de elementos nas origens francesas que manifestassem a importância do catolicismo.

O catolicismo no século XIX na França: movimentos de reação

A análise do século XIX na França é complexa. Houve uma efervescência de ideias, posições e engajamento nas relações entre o estado e o catolicismo. Ressurgiu, no interior do catolicismo, um movimento de expansão missionária, que não mediou esforços para arregimentar novos membros para a Igreja. A França tornou-se o berço de novas congregações religiosas que se espalharam, especialmente, pelas antigas colônias francesas. Por outro lado, o movimento anticlerical, iniciado com a Revolução Francesa, continuou vivo e articulou-se, para que ações reais pudessem limitar o domínio do catolicismo nas diversas áreas da sociedade francesa.

O movimento de supressão da influência da Igreja Católica na França despertou uma reação, algo que nos leva, respeitadas as devidas proporções e a novidade do século XVI com a Reforma, a aproximar a reação católica francesa no século XIX ao dinamismo da Contrarreforma. Segundo Vicarie (1949, p. 317) “a Revolução havia cassado e dispersado aproximadamente 60.000 monges e religiosos: havia 160.000 membros de congregações em 1878 e perto de 200.000 no final do século”.

A reação do catolicismo francês foi rápida e eficiente, como se percebeu pelos números apresentados por Vicarie. Os bens confiscados durante a Revolução Francesa e os privilégios cassados não impediriam que logo fossem substituídos por outras benesses. Vicarie (1949, p. 318-19) contestou que uma análise propriamente do catolicismo na França no século XIX se possa se concentrar somente nos aspectos políticos. Para ele, os dirigentes católicos, após o fim do Antigo Regime na França, estavam desorientados e impotentes frente à novidade trazida pela Revolução Francesa. Para ele, o melhor é uma observação sobre a vida interna do próprio catolicismo. O historiador deveria se guiar pelas práticas sacramentais e devocionais, ou seja, como a religiosidade era vivida por eles. Para Vicarie não pode ser reduzida a vida católica do



século XIX às ações políticas deste período, esquecendo os atos próprios daquele que crê. Não se pode ainda confundir que o que aconteceu na capital nem sempre chegou às pequenas cidades, cometendo o erro da generalização. Vicarie que escreve em 1949, na revista *Annales*, entende que a historiografia não se reduz à política interpretada, ainda a partir de um certo psicologismo de seus autores. Por outro lado, ampliando a posição de Vicarie, Remond (2003) demonstrou que a análise política guiada por novos objetos e abordagens pode contribuir e não ser considerada dessa forma como uma continuação da metodologia da escola metódica.

Na observação da vida interna do catolicismo, sobressai-se a tentativa de avivamento por meio da missão. Ao mesmo tempo em que ressurgiu a missão no catolicismo francês, desenvolveu-se um interesse católico pela Idade Média. O interesse pelo período medieval também estava presente nos movimentos de contestação católica. O século XIX busca suas origens, sem as quais, as “nações” não podem diferencia-se umas das outras. O resgate aconteceu na história e na filosofia com o romantismo. Os modernos e os anticlericais desenvolveram uma visão pessimista sobre o período medieval, o caracterizando como uma época em que a fé tinha a supremacia e impedia uma sociedade livre. Estabeleceu-se no século XIX uma tensão sobre a interpretação do passado.

Os católicos desenvolveram um movimento de interpretação do passado que se esforçou para valorizar a fé cristã, vendo nela o elemento unificador dos povos. A fé cristã teria contribuído para constituir um corpo jurídico-moral na França. Este movimento foi amparado pela concepção, que busca, na interpretação do passado, respostas para o presente. Uma dos medievais encontrados para reabilitar o pensamento da época foi Santo Tomás de Aquino.

O Papa Leão XIII, resgatando o período medieval, elegeu Santo Tomás como o mais ilustre filósofo e teólogo. Ele escreveu a encíclica chamada *Aeterni Patris* em 1879, recomendando o aprofundamento dos estudos de Santo Tomás de Aquino. A análise da escolástica na segunda metade do século XIX, prosseguindo pelo início do século XX, visava restabelecer a importância da Idade Média com seus principais teóricos. Os temas que a escolástica tratava: a filiação desses escolásticos, o ambiente eclesiástico e social que eles representavam, constituíram uma forma de auxílio



necessário para as tensões vividas pelo catolicismo francês. A análise da escolástica serviu como colaboradora para restabelecer a importância da Idade Média e da presença da Igreja Católica. A intenção era, com os estudos de Santo Tomás de Aquino, encontrar uma fonte segura onde pudesse ser sanada a contenda entre fé e razão, que o iluminismo havia propagado. A esse movimento, chama-se de neotomismo. Os intelectuais católicos, que se destacaram, foram: Joseph Kleutgen (1811-1883), Franz Erhle (1845-1934), Clemens Baeumker (1853-1924), Pierre Mandonnet (1858-1936) e Étienne Gilson (1884-1978).

Um tema comum na análise do pensamento da Idade Média foi tratar de uma oposição entre agostinismo e aristotelismo. As obras do neotomismo procuraram demonstrar que os medievais produziram um sistema de interpretação do mundo, tendo a fé cristã como pressuposto fundamental. O filósofo Steenberghen (1951, p. 116), no auge do neotomismo, catalogou as diversas posições desse movimento.

O neotomismo no século XIX consistia numa interpretação de Santo Tomás sem a utilização das glosas que foram realizadas durante os séculos. Essa é a forma que Steenberghen (1990) utilizou para explicar o neotomismo. Próximo do período do desenvolvimento do neotomismo, firmava-se, na historiografia, a escola metódica.

Na segunda metade do século XIX, embora coexistam certas correntes ou escolas historiográficas, foi a metódica que prevaleceu na França. Bourdè (1983, p. 77) afirma sobre a historiografia do período que:

Fixar-se-ão sobretudo determinados pesos: a atracção exercida pelos problemas de importância local, o domínio persistente da Igreja sobre a historiografia e, mais amplamente, o monopólio quase total da história pelas classes dominantes.

O nacionalismo, as classes dominantes e o etnicismo no século XIX caminham juntos. O nacionalismo despertou problemas inerentes, um deles é o etnicismo. A historiografia da escola metódica tinha preferência pelos assuntos nacionais e era guiada pela crítica do documento escrito, pela neutralidade científica e pela imposição do método experimental. Essa historiografia interessava-se pela questão política e precisava lançar novas interpretações sobre a França.



A historiografia se colocou a serviço do estado procurando na Idade Média o ponto em que cada um se formou como nação e se constituiu como um corpo autônomo na Europa. Esse foi um dos temas desenvolvidos no século XIX pela historiografia. O tema das origens, necessariamente, tratava do catolicismo no contexto da formação da nação francesa.

As afirmações de Fustel de Coulanges sobre a religião no final do Império Romano no livro “A cidade Antiga” publicado em 1864 defendiam que um culto exterior e de certa forma vazio da religião antiga, foi substituído por um culto interior que dava liberdade ao indivíduo. Hartog (2003, p. 407) afirma que:

Com o cristianismo surge também, cuida Fustel, o reconhecimento e a libertação do indivíduo, que doravante pode ser separado da família. Ele passa a ter um nome, um nome que lhe é “próprio” e, por muito tempo, exclusivo: o de batismo.

Para Hartog, o cristianismo, diferente da religião antiga do Império, conseguiu viver às margens e lutar contra ele. Fustel apresenta o cristianismo como uma religião da liberdade interior, abrindo, assim, a possibilidade de uma liberdade na ordem social. Suas ideias sobre o fim da sociedade antiga serviram para os intelectuais que defendiam o cristianismo, na segunda metade do século XIX, apresentarem-na como um elogio ao catolicismo que, no momento, era duramente combatido na França. O próprio Fustel afirmou, segundo Hartog (2003, p. 48), que não se encontrava aliado à defesa do cristianismo ou do catolicismo, entretanto, sua maneira de escrever a história, que procura também a partir da religião, explicar as ações sociais e políticas, configurou-se como teoria de causalidade que se prestava às intenções de defesa.

Os defensores do catolicismo, como elemento a ser valorizado na França, procuraram nas origens os seus argumentos. A procura pelas origens do estado francês que remonta ao período anterior à dominação romana sobre a Gália, foi novamente retomada segundo a historiografia da época. Historiadores como Guizot, Thierry, Dubos e Monod esforçaram-se para descrever a origem da França. As posições desses historiadores são variadas, mas concordam em afirmar que a França herdou o espírito de liberdade e o respeito às leis, embora haja certas diferenças nas particularidades destes conceitos. A Idade Média foi por eles concebida no século XIX como a lenta formação



do feudalismo. As origens do estado francês estariam ligadas inseparavelmente ao cristianismo. O cristianismo teria na Idade Média colocado as bases da nação, assim afirmavam os que buscavam no passado uma afirmação para o momento, que vivia o catolicismo, no final do século XIX. Foi exatamente na Idade Média que os intelectuais católicos se firmaram para a defesa de suas ideias. Para eles, não se pode falar de uma França como ela se encontra no XIX, sem apontar para a constituição do reino da Gália, sobre a égide do cristianismo.

Os intelectuais católicos do século XIX insistiam que a França foi formada a partir de sua fé, ou seja, o elemento unificador deste povo assenta-se em sua religião. A Idade Média na França seria para eles a época da fé. A fé em sua forma original não a teria estagnado, mas permitido um impulso contínuo. No Romantismo, os intelectuais católicos encontraram algo em comum para suas posições, especialmente no seu culto ao medieval; no entanto, acrescentaram a esse o papel fundamental do catolicismo na constituição da França e da Europa Moderna.

A procura das origens da nação motivou uma retomada da Idade Média no século XIX. Na França, as origens medievais serviram para justificar o catolicismo. O neotomismo pode ser entendido, a partir deste contexto histórico.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo. Ensaios (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América: Mem Martins Codex, 1983.
- COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- GUILLAUME, Bertier de Sauvigny. *Louis Foucher. La philosophie catholique en France au XIXe siècle, avant la renaissance thomiste et dans son rapport avec elle (1800-1880)*. *Revue d'histoire de l'Église de France*, v. 42, n. 138, p. 81-83, 1956.
- HAYES, Carlton Joseph Huntley. *Essays on Nationalism*. New York: The Macmillan Company, 1926.
- HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. *Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas*. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 22, n. 62, abr. 2008.



- LLOBERA, Josep R. *Recent theories of Nationalism*. WP, Barcelona, n. 164, 1999.
- MOSSE, Georg. *The Nationalization of the Masses: political symbolism and mass movements in Germany, from the Napoleonic Wars through the Third Reich*. New York: Howard Fertig, 2001.
- RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2010.
- _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SOUZA, José Carlos de Aguiar. *As filosofias da história e a tese da secularização: a teologia cristã e as raízes da secularização na modernidade*. PLURA, Revista de Estudos de Religião, v. 2, n. 2, 2011, p. 43-57, 2011.
- STEENBERGHEN, Fernand van. *L'interprétation de la pensée medieval au cours du siècle écoulé*. Revue Philosophique de Louvain, Louvain, v. 49, n. 21, p. 108-119, 1951.
- TAYLOR, Charles. *The polysemy of the secular*. Social Research, v. 76, n. 4, p. 1143-1166, 2009.
- _____. *Uma era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- VICARIE, M.-H. *Le catholicisme français au XIXe siècle*. Annales. Économies, Sociétés, Civilizations. Paris, ano 4, n. 3, p. 316-326, 1949.